

Proibição de todos os castigos corporais às crianças:

Respostas a perguntas frequentes



Igualmente disponível nesta série de documentos:

Proibição de todos os castigos corporais a crianças:

Perguntas e respostas para crianças e jovens

Proibição dos castigos corporais nas escolas:

Respostas a perguntas frequentes

PUBLICADO EM 2009 POR:

Iniciativa Global para Acabar com Todos os Castigos Corporais às Crianças

EDIÇÃO REVISTA PUBLICADA EM 2017 POR:

Iniciativa Global para Acabar com Todos os Castigos Corporais às Crianças

www.endcorporalpunishment.org

Instituição de caridade registada sob o n.º 328132.

Sede social: The Foundry, 17 Oval Way, London SE11 5RR, Reino Unido.

Save the Children Suécia

www.raddabarnen.se; resourcecentre.savethechildren.net

A Save the Children Suécia faz parte da Save the Children Association, fundação constituída por 29 organizações Save the Children diferentes, registada na Suíça e uma das maiores organizações mundiais de direitos das crianças. A Save the Children Association também é proprietária da Save the Children International (SCI), que é a organização de implementação do programa internacional.

Sede da Save the Children Suécia: Rädde Barnen, SE-107 88 Estocolmo, Landsvägen 39, Sundbyberg, Suécia.

Quando pensamos na proibição de todos os castigos corporais às crianças são suscitadas muitas questões, especialmente no que diz respeito ao que a proibição significará para os pais e a vida familiar. Este folheto apresenta respostas às perguntas mais frequentes e desfaz percepções equivocadas comuns sobre as razões para a proibição e o impacto sobre as famílias.



Perguntas

Parte I: Perguntas sobre as razões da proibição de todos os castigos corporais

- 8** Os castigos corporais realmente machucam?
- 10** O que é a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e o que ela diz sobre castigos corporais em crianças?
- 12** As pesquisas de opinião dizem que a maioria das pessoas é contra uma proibição formal dos castigos corporais. Não deveríamos escutá-las?
- 13** Já ouvi muitas vezes jovens defenderem os castigos corporais – não deveríamos escutá-los?
- 14** Ser castigado fisicamente quando era criança não me fez mal nenhum. Eu seria a mesma pessoa hoje se meus pais não me tivessem castigado fisicamente?
- 17** Há tantas violações piores dos direitos das crianças – por que o foco nessa violação menor?
- 18** Os pais têm direito de escolher o modo como querem educar seus filhos. Não deveriam ser interpelados apenas em casos extremos de maus-tratos a crianças?
- 20** Há uma grande diferença entre bater numa criança e dar-lhe uma “palmada carinhosa”. A proibição dos castigos corporais não é um exagero?
- 23** Por que não definir o que são palmadas seguras, em vez de proibi-las completamente?
- 24** Minha religião exige que eu aplique castigos corporais. Não seria discriminação me proibir de usá-los?
- 26** Por que usar a lei nesse assunto? Não seria melhor simplesmente ensinar aos pais a não recorrer aos castigos corporais?

- 27** A maioria dos castigos corporais acontece no âmbito familiar, dentro de casa e a portas fechadas; impor essa medida será impossível, então para que proibir?
- 28** Não deveríamos esperar até que as condições de vida de pais e professores melhorem antes de proibir os castigos corporais, de modo que isso não venha apenas aumentar o estresse?
- 31** Essa é uma questão da cultura eurocêntrica branca. Os castigos corporais são parte da minha cultura e tradição no modo de educar crianças. Não é discriminação proibi-los?
- 32** Por que é tão difícil deixar de bater nas crianças?

Parte II: Perguntas sobre o impacto da proibição de todos os castigos corporais

- 36** Se os pais forem obrigados a renunciar aos castigos corporais, as crianças não vão acabar ficando mimadas e indisciplinadas?
- 39** Se os castigos corporais forem proibidos, isso não fará com que as crianças sejam tratadas de formas ainda piores – maus-tratos emocionais, humilhação ou confinamento?
- 40** Se os castigos corporais forem criminalizados, milhares de pais não serão processados e muito mais crianças entregues aos cuidados do Estado?
- 42** Não é aceitável que os pais dêem uma palmada nos filhos para impedi-los de se machucar?

**Parte I:
Perguntas sobre
as razões
da proibição
de todos
os castigos
corporais**



Os castigos corporais realmente machucam?

Sim, claro que machucam! Machucam física e emocionalmente. Por meio de pesquisas feitas no mundo todo, as crianças estão começando a nos dizer o quanto os castigos corporais as machucam. O Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra as Crianças, concluído em 2006, foi o primeiro estudo global abrangente a respeito da natureza e extensão do problema. O Perito Independente que liderou o Estudo, professor Paulo Sérgio Pinheiro, escreveu no relatório:¹

“Ao longo do processo do Estudo, as crianças manifestaram de forma consistente a necessidade urgente de parar com toda essa violência. As crianças têm relatado a dor – não apenas física, mas ‘a dor interior’ – que essa violência provoca nelas, agravada pela aceitação e até aprovação da mesma por parte dos adultos.

“Os governos precisam aceitar que esse tema é de fato uma emergência, apesar de não ser uma emergência nova. As crianças têm sofrido violência nas mãos de adultos de modo silencioso e escondido por séculos. Mas agora que a escala e o impacto da violência contra as crianças estão se tornando visíveis, elas não podem mais ficar esperando pela proteção efetiva a que têm direito incondicional.”

1. Pinheiro, P. S. (2006). World Report on Violence Against Children, Geneva: UN Secretary-General's Study on Violence against Children (Relatório Global sobre a Violência contra as Crianças, Genebra: Estudo do Secretário Geral da ONU sobre a Violência contra as Crianças). Para mais informações sobre o Estudo e para fazer o download do relatório, ver www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Study/Pages/StudyViolenceChildren.aspx

Infligir dor física a uma criança é, por si só, uma violação do direito das crianças à proteção contra agressões – e os adultos muitas vezes não avaliam bem a diferença de tamanho e força entre eles e uma criança, nem o impacto que essa diferença pode ter na dor física pretendida e na dor que a criança sente de fato. Uma ampla pesquisa em que os pais foram perguntados sobre a força utilizada quando dão uma palmada em seu filho ou filha constatou que dois em cada cinco deles tinham utilizado um grau de força diferente daquele que pretendiam.² E uma pesquisa realizada pelo Institute of Psychiatry e o University College London provou que mudanças na atividade cerebral quando a força é utilizada em situações de retaliação levam ao aumento do grau de força aplicada e à incapacidade de avaliar quanta força está sendo usada.³

Além disso, os adultos com frequência não avaliam a dor emocional provocada pelo castigo corporal, seu impacto na dignidade da criança e os danos potenciais em curto e longo prazo que isso pode acarretar nas pessoas e na sociedade. A Iniciativa Global tem conhecimento de mais de 250 estudos sobre os efeitos dos castigos corporais, associando-os a uma ampla variedade de consequências negativas em termos de saúde, desenvolvimento e comportamento que podem acompanhar as crianças até à idade adulta – incluindo saúde mental debilitada, desenvolvimento cognitivo fraco, notas mais baixas na escola, aumento da agressividade, regulação moral baixa e aumento do comportamento antissocial.⁴

2. Kirwaun, S. & Bassett, C. (2008), Presentation to NSPCC: Physical punishment, British Market Research Bureau/National Society for the Prevention of Cruelty to Children (Apresentação à NSPCC: Castigos corporais, Instituto Britânico de Pesquisa do Mercado / Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra as Crianças)

3. Shergill, S. S. et al (2003), "Two eyes for an eye: The neuroscience of force escalation" (Dois olhos por um olho: A neurociência da escalada da força), Science, vol. 301, 11 de Julho de 2003, p. 187

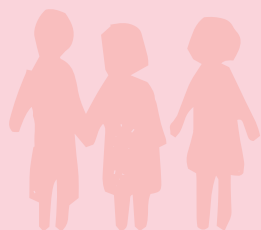
4. Para mais informações, ver Corporal punishment of children: summary of research on its impact and associations (Castigos corporais contra as crianças: resumo da investigação sobre o seu impacto e associações), disponível em <https://endcorporalpunishment.org/resources/research/>

O que é a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e o que ela diz sobre castigos corporais a crianças?

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC) é a declaração mais completa sobre os direitos da criança já produzida e é o tratado internacional de direitos humanos mais ratificado da história. A Convenção tem 54 artigos que abrangem todos os aspectos da vida de uma criança e estabelecem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a que todas as crianças têm direito em qualquer lugar.

O Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança tem por missão assegurar que a Convenção seja devidamente respeitada pelos países que a assinaram e ratificaram. O Comitê deixou claro que a CDC exige a proibição em lei bem como a eliminação na prática de todos os castigos corporais em todos os contextos – em casa, no âmbito dos cuidados alternativos, nas creches, nas escolas e nas instituições penais. O Comentário Geral n.º 8 do Comitê (2006) sobre “O direito da criança à proteção contra os castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de castigo (arts. 19; 28 (2); e 37, *inter alia*)” consolidou e confirmou essas obrigações, que foram reiteradas no Comentário Geral n.º 13 (2011) sobre “O direito da criança de estar livre de todas as formas de violência”.

O Comitê examina periodicamente a implementação da CDC por parte dos países e sistematicamente recomenda a proibição dos castigos corporais nas suas observações finais. Outras organizações de monitoramento do tratado também recomendam cada vez mais a proibição; e a questão é levantada com regularidade na Revisão Periódica Universal dos registros dos países sobre os direitos humanos em geral.



As pesquisas de opinião dizem que a maioria das pessoas é contra uma proibição formal dos castigos corporais. Não deveríamos escutá-las?

Nessa questão – como em outras, incluindo a violência contra as mulheres e a discriminação racial – os políticos têm de liderar, e não seguir a opinião pública. A ênfase deve estar na obrigação do governo de assegurar que a lei proporcione às crianças, tal como aos adultos, proteção integral da sua dignidade humana.

Quase todos os países que proibiram todos os castigos corporais o fizeram antecipando-se à opinião pública, e então a opinião pública rapidamente apoiou a mudança. Dentro de poucos anos olharemos para trás espantados – e envergonhados – para os tempos em que era considerado legal e aceitável bater nas crianças.

Os resultados das pesquisas geralmente dependem da forma como as perguntas são feitas e do grau de informação que os entrevistados têm. Se as pessoas estiverem completamente informadas a respeito da questão, da desigualdade existente na proteção às crianças e do objetivo da proibição, é provável que apoiem a proibição – e pesquisas sucessivas têm mostrado resultados muito distintos quando a pergunta é feita de formas diferentes.

Já ouvi muitas vezes jovens defenderem os castigos corporais - não deveríamos escutá-los?

É verdade que as crianças por vezes vão dizer que o castigo corporal é bom para elas, que as ensina a se comportar ou até mesmo que mostra o amor de seus pais por elas. E é claro que devemos ouvir o que os jovens dizem. Mas os adultos têm a responsabilidade não apenas de ouvir mas também de compreender o que as crianças nos dizem. Já chamamos a atenção para o modo como as crianças estão começando a nos falar da dor física e emocional provocada pelos castigos corporais (ver “Os castigos corporais machucam realmente?”, página 8). Quando algumas crianças dizem que de algum modo isso é necessário e bom, elas estão demonstrando como cresceram cercadas pela crença de que é normal e correto ser castigado fisicamente e interiorizaram essa crença elas próprias – absorvendo as atitudes e comportamentos de seus pais e racionalizando ou tentando dar sentido à dor que vivenciaram.

As crianças têm direito inalienável ao respeito por sua dignidade humana e sua integridade física e à igualdade de proteção contra agressões. É responsabilidade dos governos assegurar que a lei defenda esses direitos. É responsabilidade dos pais e outros adultos educar as crianças de modo a que conheçam os seus direitos e respeitá-las em relação a elas mesmas e aos outros.

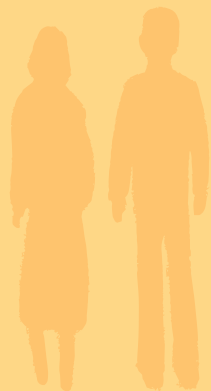
Ser castigado fisicamente quando era criança não me fez mal nenhum. Eu seria a mesma pessoa hoje se meus pais não me tivessem castigado fisicamente?

Nenhum de nós sabe o que teríamos nos tornado se nossos pais nunca tivessem nos batido ou humilhado. E muitas pessoas, ao dizerem que não lhes fez mal nenhum, estão negando a dor que experimentaram quando os adultos que lhes eram mais próximos pensaram que só poderiam educá-los por meio da dor.

Os adultos que batem nos filhos em nome da disciplina normalmente começam a fazê-lo porque eles também foram agredidos quando crianças. Apesar de pesquisas mostrarem que esses adultos muitas vezes sentem-se culpados depois da agressão, eles continuam a bater nos filhos, especialmente quando estão no limite da sua paciência. É inútil culpar gerações anteriores por isso, pois elas estavam agindo de acordo com a cultura dominante na época. Mas é errado resistir à mudança por medo de que pareça que estamos criticando nossos pais. Os tempos mudam e as sociedades avançam. O reconhecimento das crianças como detentoras de direitos requer medidas para acabar com a legalidade e a aceitação social da violência contra as crianças, do mesmo modo que as sociedades avançaram para acabar com a aceitação da violência contra as mulheres.

Algumas pessoas dizem: “Bateram em mim quando eu era criança e acabei sendo uma pessoa normal.” Mas há pessoas que sofreram todo o tipo de experiências ruins na infância e adolescência “que acabaram sendo pessoas normais” na idade adulta, e mesmo assim ninguém diria que o que elas viveram foi bom. Muitas vezes a forma como lidaram com suas experiências é que as ajudou a serem “normais”, e não as experiências em si.

“É errado resistir à mudança por medo de que pareça que estamos criticando nossos pais.”



**“A
‘disciplina’
violenta é a
forma mais
comum de
violência
contra as
crianças.”**

Há tantas violações piores dos direitos das crianças - por que o foco nessa violação menor?

Como a Unicef registrou, a “disciplina” violenta é a forma mais comum de violência contra as crianças.⁵ Os castigos corporais matam milhares de crianças – a maioria muito jovem – em todo o mundo anualmente, e ferem muitos milhões mais. Não é uma questão insignificante ou de menor importância.

Mas não é apenas uma questão de proteção à criança. A legalidade do castigo corporal em tantos países é o reflexo mais simbólico do status inferior das crianças, consideradas propriedade e “menos que pessoas” em vez de detentoras de plenos direitos. Os castigos corporais refletem a experiência cotidiana da maioria das crianças do mundo e, em todos os casos, a dignidade e a integridade física da criança são violadas. Assim como a proibição e a contestação da violência doméstica contra as mulheres têm sido essencial para o seu empoderamento e a aceitação dos seus direitos, o mesmo se dá em relação às crianças. A proibição dos castigos corporais eleva o status das crianças e contribui positivamente para o modo como são vistas e tratadas em sociedade. Nenhum país pode pretender que respeita as crianças como detentoras de direitos da mesma forma que adultos – nem tampouco pretender que dispõe de um sistema eficaz e seguro de proteção às crianças – enquanto tolerar a violência contra elas.

5. Unicef (2014), *Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children*, NY: Unicef (Escondidas à vista de todos: Uma análise estatística sobre a violência contra crianças, Nova York: Unicef)

Os pais têm direito de escolher o modo como querem educar seus filhos. Não deveriam ser interpelados apenas em casos extremos de maus-tratos a crianças?

As sociedades estão deixando de olhar as crianças como propriedade dos pais para enxergá-las como pessoas por direito próprio. Enquanto seres humanos, as crianças gozam de direitos humanos – e estes não acabam no momento em que elas entram em casa. As crianças têm o mesmo direito à proteção contra castigos corporais que todos os outros membros da família. Insistir para que a lei proteja as crianças contra agressões em casa não é mais invasivo da privacidade nem da vida familiar do que insistir para que a lei proteja os adultos contra a violência conjugal íntima.

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança defende a importância da família e promove o conceito da responsabilidade parental, no qual o interesse superior da criança é a preocupação básica dos pais é (art. 18.º). Algumas pessoas argumentam, de forma perversa, que bater numa criança em nome da disciplina é, na verdade, no interesse superior da criança em longo prazo. Mas como o Comitê dos Direitos da Criança declarou:

“... a interpretação do interesse superior da criança deve ser consistente com o conjunto da Convenção, inclusive com a obrigação de proteger a criança contra todas as formas de violência e com o requisito de dar o devido peso às opiniões da criança; o interesse superior da criança não pode ser usado para justificar práticas, inclusive o castigo físico e outras formas cruéis ou degradantes de castigo, que conflitam com a dignidade humana e com o direito à integridade física da criança.”⁶

Por último, os pais também têm direito a se beneficiar de uma mensagem clara de que os castigos violentos estão associados a relações familiares problemáticas e a uma longa lista de consequências negativas para os seus filhos, sem nenhuma relação com quaisquer consequências positivas.

6. Comentário Geral n.º 8 (2006) sobre “O direito da criança à proteção contra os castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de castigo (arts. 19; 28 (2); e 37, inter alia)”, n.º 26, disponível em <http://endcorporalpunishment.org/wp-content/uploads/key-docs/CRC-general-comment-8.pdf>

Há uma grande diferença entre bater numa criança e dar-lhe uma “palmada carinhosa”. A proibição dos castigos corporais não é um exagero?

Bater numa criança pode machucar mais do que uma “palmada carinhosa” em termos físicos (mas veja “Os castigos corporais realmente machucam?”, página 8), porém ambas as situações estão num contínuo de violência e ambas violam o direito de uma criança ao respeito por dignidade humana e integridade física. As sociedades não definem fronteiras nem tentam justificar qualquer nível de violência quando contestam a violência contra idosos. Então por que haveriam de fazê-lo quando se trata de crianças? E os perigos de se estabelecer qualquer relação entre amar e machucar pessoas deveriam ser óbvios. Uma “palmada carinhosa” é uma contradição da pior espécie. Esse termo aparentemente inofensivo é um véu por detrás do qual violações de direitos podem estar escondidas.

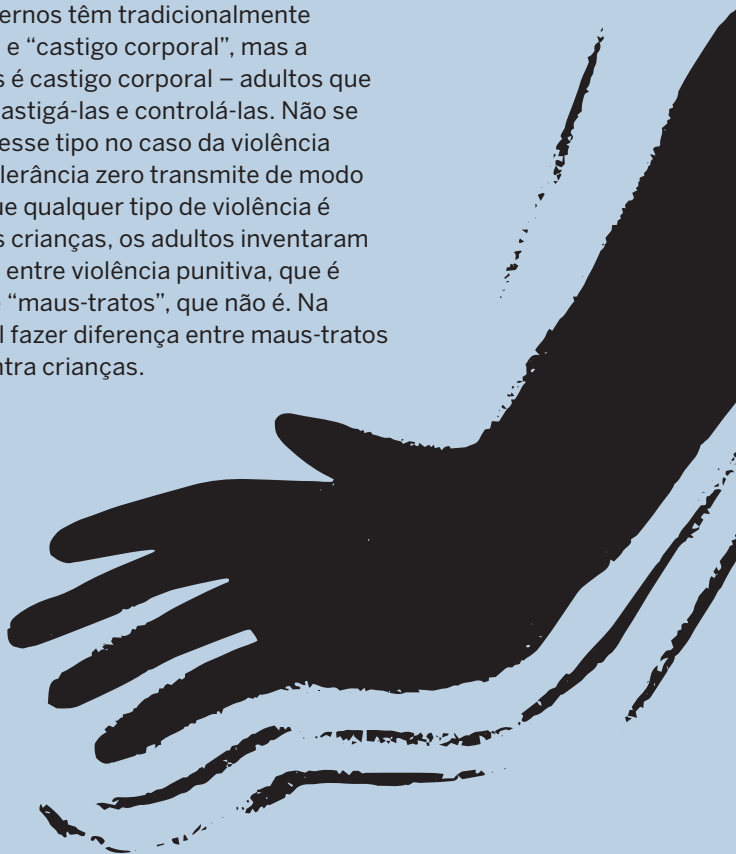
Algumas pessoas argumentam que “há uma grande diferença entre maus-tratos e uma palmada leve”, focando menos na intenção “carinhosa” da violência e mais no grau de violência utilizada. No entanto, é incorreto sugerir que os adultos têm um controle preciso sobre o grau de violência que utilizam. A pesquisa mostra que muitas vezes se usa mais força do que o que se pretende⁷, e que o grau de força aumenta.⁸ E, mais uma vez, qualquer

7. Kirwaun, S. & Bassett, C. (2008), Presentation to NSPCC: Physical punishment, British Market Research Bureau/National Society for the Prevention of Cruelty to Children (Apresentação à NSPCC: Castigos corporais, Instituto Britânico de Pesquisa do Mercado / Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra as Crianças)

8. Shergill, S. S. et al (2003), “Two eyes for an eye: The neuroscience of force escalation” (Dois olhos por um olho: A neurociência da escalada da força), Science, vol. 301, 11 de Julho de 2003, p. 187

que seja a intensidade da agressão, ela viola o direito da criança à sua integridade física.

Os legisladores e os governos têm tradicionalmente separado “maus-tratos” e “castigo corporal”, mas a maioria dos maus-tratos é castigo corporal – adultos que agridem crianças para castigá-las e controlá-las. Não se propõe nenhum limite desse tipo no caso da violência contra idosos, onde a tolerância zero transmite de modo claro a mensagem de que qualquer tipo de violência é inaceitável. Mas, para as crianças, os adultos inventaram uma distinção arbitrária entre violência punitiva, que é considerada aceitável, e “maus-tratos”, que não é. Na realidade, não é possível fazer diferença entre maus-tratos e castigos corporais contra crianças.



“Não existe
algo como
palmadas
‘seguras’.”



Por que não definir o que são palmadas seguras, em vez de proibi-las completamente?

Não existe algo como palmadas “seguras”. Toda e qualquer palmada ataca a integridade física da criança e mostra desrespeito por sua dignidade humana. Diversos estudos já evidenciaram que formas mais suaves de castigos corporais são um fator de risco para violência grave caracterizada como maus-tratos; e a tendência para o aumento de força e falta de capacidade para avaliar a força utilizada já foi discutida (ver “Há uma grande diferença entre bater numa criança e dar-lhe uma palmada carinhosa. A proibição dos castigos corporais não é um exagero?”, página 20)

Alguns países tentaram definir maneiras aceitáveis de se bater nas crianças – com que idade, em que partes do corpo, com que objetos e assim por diante. Além de enviar uma mensagem muito confusa sobre a atitude da sociedade em relação à violência contra as crianças, esse exercício é extremamente indigno. Não pensaríamos em tentar definir quais as formas aceitáveis de agredir mulheres, idosos ou qualquer outro grupo da população. As crianças têm o direito à igualdade de proteção contra agressões. Na verdade, as crianças – geralmente menores e mais frágeis que o resto de nós – têm direito a uma proteção maior.

Minha religião exige que eu aplique castigos corporais. Não seria discriminação me proibir de usá-los?

Bater nas crianças não é compatível com os ideais, valores e crenças das principais religiões do mundo, que professam compaixão, igualdade, justiça e não violência. Os adeptos das religiões mundiais pautam suas vidas pelo exemplo e pelos ensinamentos de seus fundadores. Estudiosos e teólogos enfatizam que não há nenhuma evidência concreta de que qualquer dos fundadores das principais religiões tenha batido numa criança.

A visão religiosa que tolera os castigos corporais contra as crianças muitas vezes tem origem numa cultura de autoritarismo, poder e controle sobre as crianças. Para ela, a obediência cega é uma virtude e os castigos físicos são uma reação aceitável contra crianças consideradas “desobedientes”.

Líderes religiosos fazem parte do movimento global para a eliminação dos castigos corporais contra crianças. Mais de 800 líderes religiosos apoiaram, na Assembleia Mundial das Religiões pela Paz, em Kyoto, Japão (2006), uma declaração - A Multi-religious Commitment to Confront Violence against Children (the Kyoto Declaration) (Compromisso multirreligioso para enfrentar a violência contra as crianças [Declaração de Kyoto]) – que insta os governos a adotarem leis que proibam todo tipo de violência contra as crianças, incluindo os castigos corporais.⁹

9. O texto completo da declaração está disponível em churchesfornon-violence.org/wp/wp-content/uploads/2012/02/Violence-Against-Children-3.pdf

O Comitê dos Direitos da Criança, no seu Comentário Geral n.º 8, afirma que a liberdade religiosa “pode ser legitimamente limitada para proteger os direitos fundamentais e as liberdades dos outros”.¹⁰ O Comitê declara:¹¹

“Alguns levantaram justificativas para o castigo físico baseadas na fé, sugerindo que determinadas interpretações dos textos religiosos não apenas justificam seu uso, mas fazem dele uma obrigação. A liberdade religiosa é assegurada a todos no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (art. 18.º), mas a prática de uma religião ou crença deve ser compatível com o respeito pela dignidade humana e a integridade física das outras pessoas...”



10. Comentário Geral n.º 8, n.º 29

11. Comentário Geral n.º 8, n.º 29

Por que usar a lei nesse assunto? Não seria melhor simplesmente ensinar aos pais a não recorrer aos castigos corporais?

A eliminação de todos os castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de castigos requer tanto educação como proibição. Não é uma questão de escolha. Os direitos humanos exigem que as crianças tenham no mínimo a mesma proteção legal que os adultos – dentro da família e em qualquer outro contexto – agora. A lei em si é uma poderosa ferramenta educativa, e é claro que a reforma da lei banindo o castigo corporal precisa estar associada à educação do público e dos pais. A proibição irá motivar os pais a buscarem formas positivas de educar seus filhos e irá motivar profissionais, políticos e a mídia a proporcionar e veicular estes ensinamentos.

Também é muito difícil e confuso educar os pais no sentido de abandonarem uma prática que ainda é apoiada pela legislação. O pressuposto é o de que “se a lei permite, então deve estar certo”. A educação é muito mais eficaz quando a lei passa a mesma mensagem.

A maioria dos castigos corporais acontece no âmbito familiar, dentro de casa e a portas fechadas; impor essa medida será impossível, então para que proibir?

Hoje em dia, ninguém iria sugerir que não se proibisse a violência doméstica contra adultos no âmbito familiar porque é difícil fiscalizar seu: por que as crianças deveriam ter menos proteção legal? O primeiro objetivo da reforma da lei banindo o castigo corporal é a prevenção – impedir ataques nocivos contra crianças antes de acontecerem. Esse é certamente o primeiro objetivo de qualquer boa lei: definir um padrão claro e enviar uma mensagem clara, que contemple inclusive a “privacidade” do domicílio familiar. Mas a proibição no âmbito familiar precisa ser implementada de modo sensível, no interesse maior da criança – ver “Se os castigos corporais forem criminalizados, milhares de pais não serão processados e muito mais crianças entregues aos cuidados do Estado?”, página 40.

E a introdução da proibição deve ser sempre acompanhada por uma campanha de peso que dê informação e apoio aos pais para ajudá-los a fazer a transição para uma criação sem violência.

Não deveríamos esperar até que as condições de vida de pais e professores melhorem antes de proibir os castigos corporais, de modo que isso não venha apenas aumentar o estresse?

Esse argumento é a admissão tácita de uma verdade óbvia: os castigos corporais frequentemente são um escape para sentimentos reprimidos dos adultos mais que uma tentativa de educar as crianças. Em muitas casas e instituições, os adultos precisam urgentemente de mais recursos e apoio; contudo, por mais concretos que sejam os problemas dos adultos, descarregá-los nas crianças não pode ser justificável. A proteção das crianças não deve esperar por melhorias no mundo adulto, assim como a proteção das mulheres contra a violência não deve ter que esperar a melhoria das condições dos homens.

De uma forma ou de outra, bater nas crianças é uma maneira ineficaz de aliviar o estresse. Os adultos que batem de forma impulsiva muitas vezes sentem-se culpados; os que batem de forma não emotiva descobrem



que precisam lidar com crianças zangadas e ressentidas. A vida em casas e em instituições onde os castigos corporais foram substituídos por disciplina positiva é muito menos estressante para todos.

Em países que vivem situações de conflito, os adultos que trabalham com crianças, incluindo pais e professores, são, eles próprios, vítimas de violência e humilhação. Eles concordam em proteger os direitos das crianças, mas querem saber quem defende seus direitos. Não há dúvida de que essas violações de direitos precisam ser solucionadas, mas as crianças não deveriam ter que esperar até os adultos poderem desfrutar seus próprios direitos. Todas as pessoas têm direito ao respeito por sua dignidade e integridade física e à igualdade de proteção perante a lei – e as crianças são pessoas também.

**“As criança
do mundo
inteiro têm
o direito
de viver
vidas livres
de todas
as formas de
violência.”**

Essa é uma questão da cultura eurocêntrica branca. Os castigos corporais são parte da minha cultura e tradição no modo de educar crianças. Não é discriminação proibi-los?

A ideia de que bater em crianças pode ser uma questão de orgulho cultural é inaceitável. De todo modo, bater nas crianças parece ser uma tradição da raça branca, exportada para muitas partes do mundo através da escravidão, do colonialismo e de alguns ensinamentos missionários. A defesa inglesa do “castigo razoável”, por exemplo, está refletida em leis em todo o mundo. Parece que as únicas culturas em que as crianças nunca ou raramente sofrem castigos corporais são pequenas sociedades de caçadores-coletores – provavelmente entre as mais “naturais” de todas as culturas humanas, apesar de agora estarem desaparecendo rapidamente sob o impacto da urbanização e globalização.

Mas os direitos humanos são universais e as crianças do mundo inteiro têm o direito de viver vidas livres de todas as formas de violência. Todas as culturas têm a responsabilidade de repudiar os castigos corporais, tal como repudiaram outras violações dos direitos humanos que faziam parte das suas tradições. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança defende a proteção de todas as crianças contra todas as formas de violência física ou mental, sem discriminação em função de raça, cultura, tradição ou religião. Há movimentos para o fim dos castigos corporais contra as crianças em muitos países em todos os continentes. Agressões corretivas na escola ou por via judicial foram banidas em muitos países em todas as regiões do mundo.

Por que é tão difícil deixar de bater nas crianças?

Se os adultos, incluindo os políticos, considerassem fácil essa questão, teríamos aceitado há muito tempo que as crianças têm exatamente os mesmos direitos que todos nós ao respeito por sua dignidade humana e integridade física e à igualdade de proteção perante a lei. Na verdade, muito provavelmente aceitaríamos que as crianças, de início muito pequenas e frágeis, têm direito a uma proteção maior que a dos adultos.

Parece haver uma série de razões para a dificuldade que os adultos têm em desistir do que continuam a considerar ser um “direito” de bater e machucar as crianças em nome da “disciplina” ou controle:

(i) Experiência pessoal. A maioria das pessoas em todo o mundo apanhou dos pais quando criança. A maioria dos pais bateu em seus filhos. Nenhum de nós gosta de pensar mal dos nossos pais, ou do modo como nós próprios educamos nossos filhos, o que torna difícil para muitas pessoas – incluindo políticos, líderes de opinião e até mesmo aqueles que trabalham na área da proteção às crianças – ter a percepção dos castigos corporais como a questão fundamental que é em termos de igualdade e direitos humanos. Não se trata de culpabilizar – os pais têm agido de acordo com as expectativas sociais –, mas chegou a hora de avançar para relações positivas e não violentas com as crianças.



(ii) Com frequência, os adultos batem nas crianças porque estão com raiva, estressados ou no limite da paciência. Muitos adultos sabem, no fundo do coração, que bater é uma resposta emocional ao calor do momento, e não uma decisão racional para “disciplinar” a criança. Quanto mais isso acontece, mais a agressão à criança se torna um modo automático de lidar com comportamentos problemáticos. Não é fácil alterar comportamentos automáticos. Mas eles podem ser mudados. À medida que os governos investirem em educação e sensibilização do público em relação a formas positivas e não violentas de criar as crianças e aos direitos das crianças ao respeito e à integridade física, os pais irão desenvolver toda uma série de maneiras para lidar com comportamentos de que não gostem sem sentirem necessidade de agredir seus filhos.

(iii) Falta de conhecimento sobre alternativas. A reforma das leis deve ser acompanhada pela educação para pais, crianças e sociedade em geral sobre as inúmeras formas positivas e não violentas com que os adultos podem se relacionar com as crianças.



**Parte II:
Perguntas
sobre o impacto
da proibição
de todos
os castigos
corporais**



Se os pais forem obrigados a renunciar aos castigos corporais, as crianças não vão acabar ficando mimadas e indisciplinadas?

Não! Disciplina não é o mesmo que castigo. A verdadeira disciplina não se baseia em força. Desenvolve-se a partir da compreensão, respeito mútuo, tolerância e comunicação mútua efetiva. Os bebês começam a vida completamente dependentes e, à medida que crescem, confiam e contam com os adultos – em especial seus pais – para guiá-los e apoiá-los em direção à maturidade com autodisciplina. Os castigos corporais não dizem nada às crianças sobre o modo como se devem comportar. Pelo contrário, bater nas crianças é uma aula sobre mau comportamento. Ensina às crianças que seus pais acham aceitável o uso da violência para resolver problemas ou conflitos.

Bater nas crianças também envia uma mensagem confusa às crianças: a de que – embora não devam bater em outras crianças ou adultos e adultos não devam bater em outros adultos – é aceitável que os adultos, que são maiores e mais fortes, batam nas crianças, que geralmente são menores e mais vulneráveis. As crianças aprendem com o que os pais fazem, e não apenas com o que eles dizem.

E respeito não deve ser confundido com medo. “Bom” comportamento devido ao medo de ser castigado significa que a criança está evitando o castigo, e não mostrando respeito. As crianças aprendem a respeitar verdadeiramente as pessoas e as coisas quando

apreciam o seu valor intrínseco. Quando os pais batem nos filhos em nome da disciplina, as crianças aprendem a se “comportar” apenas para evitar o castigo e aprendem que a violência é uma forma aceitável de lidar com desentendimentos. Mas quando os pais mostram respeito pela dignidade humana e a integridade dos seus filhos e das outras pessoas, as crianças aprendem o respeito. Quando os pais disciplinam os filhos de formas positivas e não violentas, as crianças aprendem que os conflitos podem ser resolvidos sem prejudicar o respeito.

Os castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de castigo não são um substituto para formas positivas de disciplina. Longe de mimar as crianças, a disciplina positiva foi concebida para garantir que as crianças possam aprender a pensar sobre os outros e sobre as consequências das suas ações. Os países têm obrigação de apoiar o exercício de uma parentalidade positiva. Há muitos materiais disponíveis promovendo a parentalidade positiva e a educação sem violência que podem ser adaptados e traduzidos para utilização em todos os países.



Se os castigos corporais forem proibidos, isso não fará com que as crianças sejam tratadas de formas ainda piores - maus-tratos emocionais, humilhação ou confinamento?

As crianças têm direito à proteção não apenas contra castigos corporais, mas também contra todas as outras formas de castigo ou tratamento cruel ou degradante. A reforma da lei precisa ser associada à sensibilização e à promoção de relações positivas e não violentas com as crianças.

Os pais querem que os seus filhos tenham o melhor começo de vida possível. Pais que batem nos filhos ou os tratam mal de outras formas não se sentem bem com isso – geralmente ficam aborrecidos e com sentimento de culpa. A maioria dos pais gostaria de receber aconselhamento e apoio sobre como fazer para prevenir e resolver conflitos com os filhos sem recorrer a nenhum tipo de violência, física ou emocional. Deixar de bater e humilhar crianças e passar a encará-las como pessoas e detentoras de direitos junto com o restante de nós melhora a vida familiar para todos.

Se os castigos corporais forem criminalizados, milhares de pais não serão processados e muito mais crianças entregues aos cuidados do Estado?

O propósito de uma lei banindo todos os castigos corporais não é mandar mais pais para a prisão. Diz respeito ao cumprimento dos direitos das crianças e ao avanço das sociedades para relações positivas e não violentas com as crianças. Não há nenhuma evidência que indique um aumento de processos contra os pais por parte do crescente número de países onde os castigos corporais são criminalizados.

Banir os castigos corporais faz cumprir as obrigações de direitos humanos que os países têm em relação às crianças. Sua primeira finalidade é educativa – enviar uma mensagem clara para o seio da família, na privacidade do lar, de que bater numa criança não é mais aceitável ou legal do que bater em qualquer outra pessoa. As orientações para todas as partes envolvidas na proteção das crianças, incluindo a polícia e as autoridades judiciais, devem assegurar que a implementação da lei esteja focada no interesse superior da criança. É pouco provável que processos judiciais e outras intervenções formais beneficiem as crianças, a não ser que sejam o único meio de se conseguir proteção necessária contra danos significativos.



No seu Comentário Geral n.º 8, o Comitê dos Direitos da Criança explicou os dois princípios que devem garantir que a proibição não resulte na instauração de um número elevado de processos judiciais contra pais:

1. O princípio do de minimis – que significa que a lei não deve se ocupar de questões triviais, razão pela qual agressões menores entre adultos raramente chegam a tribunal. O mesmo princípio seria aplicado a agressões “menores” a crianças por parte de adultos.
2. Dada a dependência das crianças e a intimidade especial das relações familiares, a decisão de processar os pais ou intervir na vida familiar deverá ser tomada com muito cuidado, e só deverá ter lugar quando necessário para proteger as crianças contra danos significativos e no seu interesse superior.

Não é aceitável que os pais dêem uma palmada nos filhos para impedi-los de se machucar?

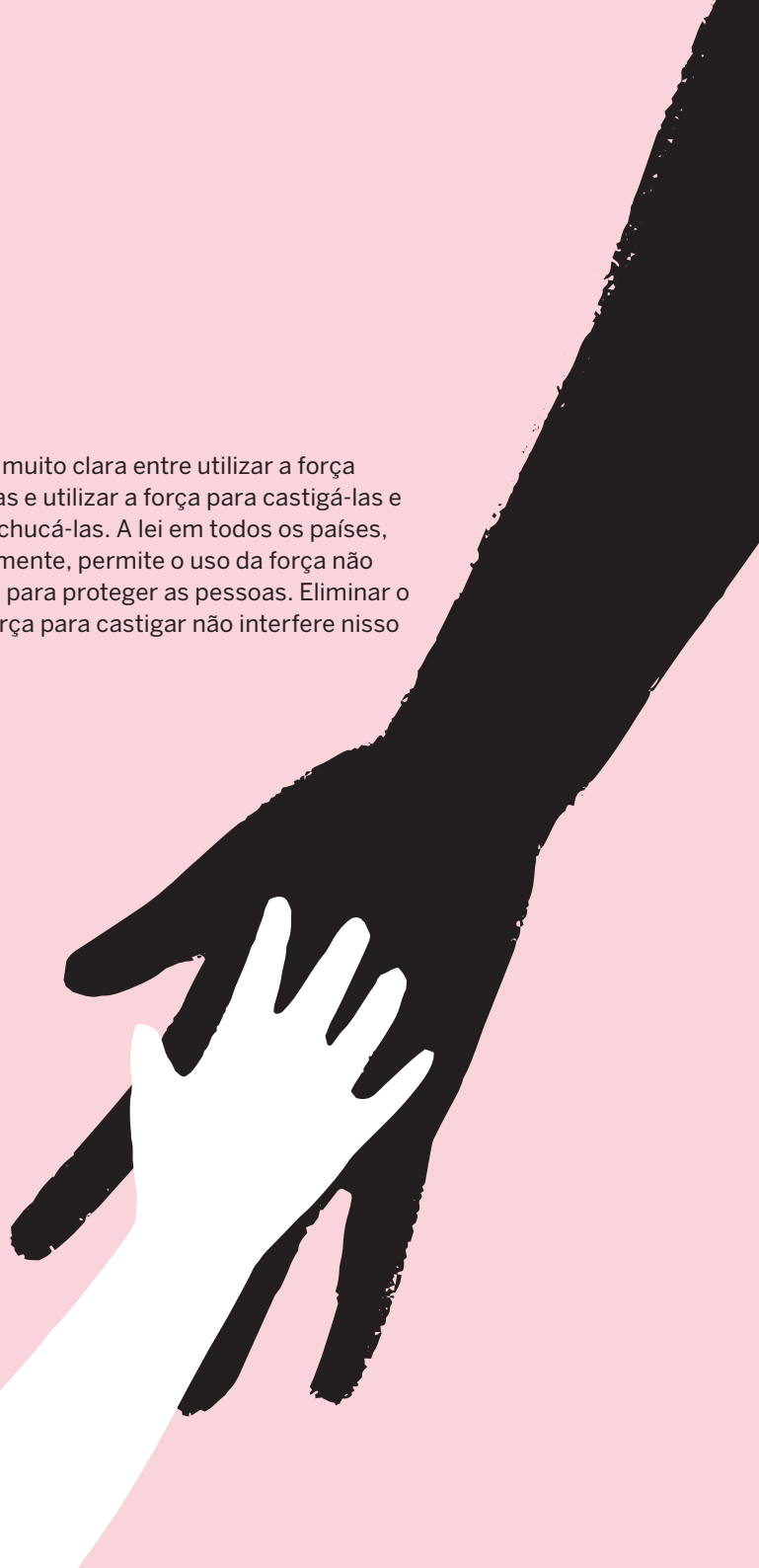
Dar uma palmada numa criança para impedir que ela se machuque não faz nenhum sentido! Consegue imaginar que se aconselhe os pais a baterem nos filhos quando estes estiverem em perigo? Claro que não.

Os pais têm de utilizar ações físicas para proteger os filhos – em especial bebês e crianças de pouca idade. É parte natural da paternalidade. Se uma criança está engatinhando em direção ao fogo, ou correndo para uma estrada perigosa, os pais naturalmente utilizam meios físicos para fazê-la parar – agarrando, levantando, e mostrando e explicando o perigo a ela. Mas bater e causar dor nas crianças prejudica completamente a mensagem de que elas têm que aprender a se manter seguras e que, até conseguirem fazê-lo, seus pais vão mantê-las em segurança. Conforme esclarece o Comitê dos Direitos da Criança:¹²

“... exercer a paternalidade e cuidar de crianças, em especial bebês e crianças de pouca idade, demandam ações físicas e intervenções frequentes para protegê-las. Isso é bem diferente do uso deliberado e punitivo da força para causar algum grau de dor, desconforto ou humilhação. Como adultos, nós sabemos por nós mesmos a diferença entre uma ação física protetora e uma agressão punitiva; não é mais difícil fazer essa distinção quando se trata de ações envolvendo crianças.”

12. Comentário Geral n.º 8, n.º 14

Existe uma distinção muito clara entre utilizar a força para proteger crianças e utilizar a força para castigá-las e deliberadamente machucá-las. A lei em todos os países, explícita ou implicitamente, permite o uso da força não punitiva e necessária para proteger as pessoas. Eliminar o direito de utilizar a força para castigar não interfere nisso de forma alguma.



Site da Iniciativa Global:

www.endcorporalpunishment.org

Informações detalhadas sobre todos os aspectos da proibição dos castigos corporais podem ser encontradas no site da Iniciativa Global. Entre elas:

- Relatórios individuais detalhados sobre todos os países e territórios do mundo
- Tabelas globais e regionais detalhando a legalidade dos castigos corporais e oportunidades imediatas para realizar a reforma da lei
- O modo como a ONU e os sistemas de direitos humanos abordam os castigos corporais e orientações sobre como utilizar esses mecanismos para promover a reforma da lei
- Resumos de pesquisa sobre a prevalência dos castigos corporais, atitudes relativas a eles e o impacto dos castigos corporais nas crianças, adultos e sociedades
- Informação de apoio à implementação da proibição
- Conjunto de recursos globais e regionais de defesa dos direitos da criança, incluindo recursos disponíveis em diversas línguas



Chegou a hora de acabar com todos os castigos corporais às crianças. As crianças têm direito ao respeito e à igualdade de proteção contra todas as formas de violência agora!

Iniciativa Global para Acabar com Todos os Castigos Corporais às Crianças

A Iniciativa Global para Acabar com Todos os Castigos Corporais às Crianças promove a proibição e eliminação universal dos castigos corporais e oferece apoio técnico e aconselhamento gratuitos sobre todos os aspectos da reforma da lei.

www.endcorporalpunishment.org

info@endcorporalpunishment.org

www.twitter.com/Glencorpun

www.facebook.com/Glencorporalpunishment

Save the Children Suécia

A Save the Children Suécia defende a proibição dos castigos corporais em todos os contextos. Em 1979, a Save the Children Suécia contribuiu para que a Suécia fosse o primeiro país do mundo a proibir os castigos corporais de forma explícita. A organização está trabalhando para dar destaque à questão de se conseguir a proibição legal e a eliminação dos castigos corporais e também para colocar o assunto na pauta política do mundo inteiro.

info@rb.se

www.raddabarnen.se

resourcecentre.savethechildren.net



GLOBAL INITIATIVE TO
**End All Corporal
Punishment of Children**



Save the Children